

Estado neoliberal e juventudes**Neoliberal state and yougster**

DOI:10.34117/bjdv6n7-260

Recebimento dos originais: 13/06/2020

Aceitação para publicação: 13/07/2020

Rodrigo Ferreira de Moraes

Mestre em Educação (PPGED-UFPA). Professor da Universidade do Estado do Pará. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Trabalho e Educação-GEPTTE.
rodrigoune@hotmail.com

Jaqueline do Nascimento Rodrigues Pinto

SEMEC

Mestra em Educação pela Universidade Federal do Pará. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Trabalho e Educação-GEPTTE.
jaquelinerodrigues2007@yahoo.com.br

Benedita Alcidema C.S. Magalhães

Doutora em Educação (PPGED- UFPA). Professora da Faculdade de Geografia e Cartografia (IFCH-UFPA). Pesquisadora do Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Trabalho e Educação-GEPTTE.
alcidema@ufpa.br

RESUMO

Este texto propõe analisar a inserção das “juventudes” da classe trabalhadora na sociedade capitalista, compreendendo o capitalismo e a luta de classes como questões fundamentais para definir a identidade destas juventudes na sociedade moderna. Para isso realizou-se pesquisa bibliográfica, destacando autores que debatam o conceito de juventude, Estado e Neoliberalismo, tendo como método de análise o materialismo histórico dialético. Este estudo proporcionou uma maior reflexão acerca da posição da juventude perante as condições de produção capitalista num espaço marcado pelas contradições próprias da luta de classes. Toma o Estado capitalista e o neoliberalismo enquanto instrumentos de perpetuação do Capital em detrimento ao trabalho e essa situação como definidora da condição juvenil, determinando especificidades à parcela trabalhadora das juventudes. Neste sentido, faz-se necessário a ruptura com o capital para que as juventudes da classe trabalhadora possam ter a possibilidade de transformação radical de sua vida.

Palavras-chave: Capitalismo, Estado Neoliberal, Juventudes.

ABSTRACT

This text proposes to analyze the insertion of the “youngsters” of the working class in capitalist society, understanding capitalism and the class struggle as fundamental questions to define the identity of these youths in modern society. For this, an bibliographic research was carried out, highlighting authors who debate the concept of youth, State and Neoliberalism, using dialectical historical materialism as the method of analysis. This study provides a greater reflection on the position of youngsters in the face of the conditions of capitalist production in a space marked by the contradictions inherent in the class struggle. It takes the capitalist state and neoliberalism as instruments of perpetuation of Capital to the detriment of work and this situation as defining the youngster condition, determining specificities to the working part of youngsters. In this way, it is

imperative the rupture with the capital so that the youngsters of the working class may have the possibility of a radical chance in of their lives.

Keywords: Capitalism, Neoliberal State, Youngsters.

1 INTRODUÇÃO

Atualmente muito se tem estudado e debatido sobre a juventude no Brasil, autores como Carrano (2014), Dayrell (2007), Araújo e Alves (2014) e Frigotto (2004) destacam-se. No campo das políticas públicas existe inclusive um conselho nacional de juventude e uma Secretaria Nacional de juventude que é vinculada ao gabinete da presidência da República. Em 2013 foi aprovada a Lei nº 12.852/2013 mais conhecida como estatuto da juventude, essa lei busca garantir direitos básicos à juventude brasileira. Neste cenário de debate sobre a questão juvenil vem se discutindo sobre a realidade e a necessidade de políticas públicas para a juventude.

No contexto que envolve o “ser jovem” é de fundamental importância conceituar a juventude, no sentido de estabelecer um “rostro” para esse jovem, essa conceituação passa por compreender a sua formação sócio-histórica, sem deixar de considerar os elementos culturais, de gênero, de raça, de costumes, de relações de grupo que estes estabelecem no cotidiano. Partimos do pressuposto de que sem entender a construção histórica da sociedade não será possível enxergar os dilemas do jovem relacionando sua condição de fração de classe social.

Partimos da premissa de que não é possível caracterizar a juventude de forma homogênea, seus condicionantes culturais, sociais e comportamentais fazem da juventude uma grande tribo, repleta de cores, danças, afinidades de comportamento, de estilo e de opções cotidianas. Essa heterogeneidade nos possibilita compreender que atualmente não exista uma juventude, assim, compreende-se que existem várias juventudes.

Portanto este texto, objetiva analisar a inserção das “juventudes” da classe trabalhadora na sociedade capitalista, compreendendo o capitalismo e a luta de classes como questões fundamentais para definir a identidade destas juventudes na sociedade moderna.

Para a consecução dos objetivos realizou-se pesquisa bibliográfica, destacando autores que debatam o conceito de juventude, Estado e Neoliberalismo, tendo como método de análise o materialismo histórico dialético. Compreendemos que os homens produzem a sua história e que o real precisa ser considerado em sua totalidade, nas suas determinações, nos processos, nas contradições, por isso, o materialismo se assenta na historicidade da realidade, no homem como produtor e produto de suas condições materiais e na prática - o agir transformador da prática humana.

Para isso, Lefebvre (1991) orienta a nossa escolha ao nos ensinar que, tomar o objeto de estudo, a partir do método dialético, implica em assumir uma postura de um pensamento em movimento e de um conhecimento concreto que exigirá: análise objetiva, dirigir-se à própria coisa;

apreender as mediações; apreender a coisa como totalidade e unidade dos contraditórios; ter clareza de que tudo está ligado a tudo; captar as transições (devir); não esquecer que o aprofundamento do conhecimento é infinito; penetrar na riqueza do conteúdo; ter clareza que o pensamento, em determinada fase, deverá se transformar, se superar.

2 JUVENTUDES DA CLASSE TRABALHADORA

2.1 CLASSES SOCIAIS

No modelo de produção capitalista, modelo ao qual a sociedade está subjugada, existe claramente a divisão do trabalho e conseqüentemente a divisão de classes sociais. A burguesia e o proletariado têm papéis diferenciados no capitalismo, neste modelo de produção o trabalho está a serviço do capital e é a partir dessa compreensão que buscaremos caracterizar o Estado, ou seja, um Estado Capitalista.

Na sociedade capitalista, como o Estado está a serviço do capital, impõe-se a dualidade na sociedade partindo da divisão do trabalho. Para Peroni (2003) o Estado não pode ser entendido por si mesmo, mas nas relações materiais de existência. Isso porque o modo de vida material, ainda conforme Marx, determina os processos social, político e espiritual da vida. Neste sentido, “o conceito de Estado que utilizamos neste trabalho é o mesmo que aquele proposto por Marx: Estado histórico, concreto, de classes e, nesse sentido, Estado máximo para o capital que detém a hegemonia” (PERONI, 2003, p.22).

Dentro do Estado capitalista a divisão do trabalho é clara, o trabalho intelectual fica a cargo da burguesia, enquanto o trabalho manual e precário fica a cargo do proletariado. Assim essa divisão vai conduzindo a juventude de origem trabalhadora à condição de subproduto para o capital.

A concepção burguesa de trabalho vai-se construindo historicamente, mediante um processo que o reduz a uma coisa, a um objeto, a uma mercadoria que aparece como trabalho abstrato em geral, força de trabalho. Essa interiorização vai estruturando uma percepção ou representação de trabalho que se iguala a ocupação, emprego, função, tarefa dentro de um mercado (de trabalho) (FRIGOTTO, 2002, p.15).

No capitalismo é natural a divisão de classes, a que vive do trabalho e a que vive do capital gerado pelo trabalho. A partir da compreensão desse Estado capitalista e dividido em classes é que buscaremos compreender a inserção do jovem na sociedade.

As classes sociais estão para além da questão economicista. Para Souza (2014) a “cegueira” do economicismo é, portanto, dupla: ela é cega em relação aos aspectos decisivos que reproduzem os privilégios e é cega, também, em relação à falsa justificção social de todos os privilégios.

Mesmo dentro do próprio proletariado existe o trabalhador com maiores possibilidades de ascensão social, o que de forma alguma faz com que ele se torne outra “classe social”. As relações

sociais determinadas pelo modelo de produção capitalista são impossíveis de existir fora da divisão de classes, são da essência do capital a exploração, a mais-valia e a divisão do trabalho.

O lucro para Marx (2008) advém o excedente produzido pelo trabalhador que é usurpado pelo burguês, esse excedente é mediado por uma relação social construída pelo capitalismo.

Desde o motoboy que entrega a pizza ao lavador de carros, ao trabalhador que carrega a mudança nas costas, à prostituta pobre que vende seu corpo para sobreviver ou o exército de serviçais domésticos que faz a comida e cuida dos filhos da classe média e alta que, assim, pode se dedicar a estudos ou trabalhos mais rentáveis. É este tempo “roubado” de outra classe que permite reproduzir e eternizar uma relação de exploração que condena uma classe inteira ao abandono e a humilhação, enquanto garante a reprodução no tempo das classes do privilégio (SOUZA, 2014, p.7).

É nesse Estado capitalista, dividido em classes, que a juventude está inserida, e é a partir desse recorte classista que buscaremos ancorar nossa análise, na perspectiva do materialismo histórico dialético, sobre a condição do jovem na atualidade da sociedade brasileira.

2.2 JUVENTUDES: AS TRIBOS DA CLASSE TRABALHADORA

A heterogeneidade que caracteriza a juventude nos possibilita compreender que atualmente não exista uma juventude, mas várias juventudes.

Essas várias juventudes se caracterizam por mais diversos tipos de “afinidade”, a religião, o gosto musical, o estilo de se vestir, a prática de esporte, o envolvimento com partidos políticos, com movimentos sociais, com programas de televisão, dentre outras formas de se constituírem em tribos juvenis. É comum verificar essas “tribos” juvenis dentro da escola, principalmente quando estão no recreio, basta observar os grupos que se formam durante o horário de lazer, cada grupo surge partindo da sua identidade juvenil, formam suas “tribos” de acordo com as aproximações de ações cotidianas e culturais. Porém compreendemos que o que aproxima essas tribos de jovens é sua condição de classe, são tribos de jovens da classe trabalhadora.

A análise classista proposta não significa uma negação das especificidades biológicas ou da condição cultural da vida dos jovens, aspectos também definidores da condição juvenil. Mas, considerando esses aspectos e outros também relevantes na caracterização da juventude, como gênero, etnia, estilos e comportamento desses jovens afirmá-los com uma identidade heterogênea. Assim, a juventude passa a ser compreendida aqui como juventudes, ou seja, constitui, encontra e reencontra em diferentes grupos (tribos) e neles constroem sua identidade, mesmo reconhecendo que os jovens de origem trabalhadora vivem isso diferenciadamente.

É preciso ter um recorte na conceituação de juventude (s) para além do comportamento cotidiano, é preciso analisar sua construção sócio histórica dentro do capitalismo, ou seja, sua formação dentro da sociedade dividida em classes. Assim, deve-se reconhecer as juventudes mesmo

com suas particularidades estão inseridas dentro de uma classe social, pertencem a burguesia ou ao proletariado.

Os jovens a que nos referimos nesta análise tem “rosto definido”. Pertencem a classe ou fração de Classe de filhos de trabalhadores assalariados ou que produzem a vida de forma precária por conta própria, no campo e na cidade, em regiões diversas e com particularidades socioculturais e étnicas. Compõem este universo aproximadamente seis milhões de crianças e jovens que têm a inserção precoce no mundo do emprego ou subemprego. Inserção esta que não é uma escolha, mas uma imposição de sua origem social e do tipo de sociedade que se constituiu no Brasil (FRIGOTTO, 2004, p.01).

O capitalismo exclui e massacra a juventude da classe trabalhadora, esse jovem é o que mais sofre com a falta de oportunidades, trabalho precário, evasão escolar, encarceramento e extermínio, isso demonstra o papel que o capitalismo reserva as juventudes de classe proletária.

Segundo resultados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) de 2013 o Ensino Médio é cursado até seu final por apenas 54,3% dos jovens até os 19 anos, o que demonstra uma grande evasão e distorção série-idade. O mesmo levantamento mostra que 19,6% dos jovens de 15 a 17 anos estão no ensino fundamental, 15,7% não estudam e não concluíram o Ensino Médio. Ainda sobre as taxas de conclusão do Ensino Médio, entre os 25% mais ricos 83.3 % já concluíram o ensino médio, já entre os 25% mais pobres apenas 32.4% já concluíram o Ensino Médio.

Se levarmos em consideração as questões étnicas, o levantamento apresenta uma diferença de quase 20 pontos entre os que se declaram brancos e os que se declaram negros. Entre os que se declaram brancos 81% concluíram o Ensino Fundamental aos 16 anos, já para os que se declaram negros esse índice cai para 60%. Para os que se declaram branco o índice de quem concluiu o Ensino Médio até os 19 anos é de 65%, já para quem se declara negro este índice cai para 32,4%.

Fica nítido, segundo os dados do PNAD que a juventude pobre e negra é a que menos tem acesso à educação. Isso é fruto das relações sócio históricas constituídas no processo de consolidação da educação brasileira, é fruto das relações sociais estabelecidas sob a égide do modo de produção capitalista.

Esses índices já demonstram que os jovens de origem trabalhadora ainda estão fora do processo de inclusão social e que estão relegados a um papel secundário na cadeia de produção do modelo atua. Esses aspectos revelam que o jovem da classe trabalhadora não tem as mesmas oportunidades e condições de desenvolvimento social e cultural do jovem da classe burguesa.

3 ESTADO NEOLIBERAL A SERVIÇO DO CAPITAL**3.1 ESTADO CAPITALISTA**

O Estado está a serviço das forças produtivas do capitalismo e atua no sentido de perpetuar o poder do capital em detrimento ao trabalho, bem como se utiliza de sua hegemonia ideológica para a manutenção do poder.

Como o Estado surgiu da necessidade de se manterem os antagonismos de classe, sob controle, mas também surgiu na fase aguda da luta entre classes, ele é normalmente o poder da classe economicamente mais poderosa, a qual, por seus recursos, torna-se também a classe que domina politicamente e, assim, adquire novos meios de submeter e explorar a classe oprimida (ENGELS Apud CARNOY, 1987, p.21).

Para Carnoy (1987), bem similar a noção de Marx e Engels, esta hegemonia em termos gramscianos, significa a predominância ideológica de valores e normas burgueses sobre as classes subordinadas. O jovem pobre vive sob a “proteção” desse Estado e nele tenta sobreviver.

O Estado capitalista tem valores, normas e regras que relegam ao jovem filho da classe trabalhadora uma condição de “subproduto”, com direitos básicos negados e servindo de mão de obra barata para a produção de mais valia.

Se levarmos em consideração os dados da inserção precoce no mercado de trabalho e a escolarização do jovem filho da classe trabalhadora, poderemos constatar essa divisão real entre classes e o papel que é reservado às juventudes pobres no Estado capitalista.

Nestes termos, apenas 17% dos jovens de 18 a 24 anos só estuda, os demais trabalham, trabalham e estudam, cuidam de afazeres domésticos ou não fazem nenhuma atividade. Dos jovens que trabalham 70% ganham até 1 salário mínimo. Dos jovens que estão estudando no ensino médio apenas 3% fazem um curso técnico de qualificação profissional. Ou seja, nossos jovens começam a trabalhar cedo, sem a qualificação e em condições precárias (ARAUJO e ALVES, 2014).

Ao compreender o Estado Capitalista, analisamos também que as relações sociais se constroem partindo da divisão do trabalho e de classes. Quando analisamos a questão de os negros terem os piores empregos e menor escolaridade, não podemos cair no reducionismo de sua questão de raça, porque o além do longo processo de escravidão aos quais estes foram submetidos, restou a eles, após sua “libertação” os postos de trabalho mais precários dentro da divisão do mundo do trabalho. Com isso é importante salientar que mesmo dentro da classe trabalhadora o negro muitas vezes ainda sofre com as piores condições de vida, e isso reflete diretamente na Juventude negra.

Porém é importante frisar que mesmo no Estado burguês existem as contradições, fruto da luta de classes, da contrariedade das relações de produção capitalistas, da luta contra hegemônica que possibilitam a conquista de direitos e melhoria de vida de uma parcela significativa dos jovens da

classe trabalhadora. Assim, afirma Frigotto, o Estado por não ser um mero instrumento externo a classe escamoteia suas verdadeiras funções.

Na sua aparente neutralidade, na declaração de sua função marginal, eventual e tópica, em termos econômicos, o Estado liberal escamoteia sua verdadeira função na definição das relações sociais de produção sobre as quais está edificado, e salvaguarda os interesses do sistema capitalista como um todo (FRIGOTTO, 2010, p.121).

Essa construção histórica das relações sociais estabelecidas a partir do Estado Capitalista estabelece a necessidade de analisar a realidade das juventudes da classe trabalhadora sem deixar de enxergar seu caráter de classe proletária.

3.2 O NEOLIBERALISMO A SERVIÇO DO ESTADO CAPITALISTA

O neoliberalismo surge na tentativa de convencimento de que não existe alternativa ao capitalismo, surge com o discurso da humanização do capital, com a política do bem comum e da possibilidade de ascensão social e econômica. Nesta nova “roupagem” do capital é utilizada o imaginário de a juventude trabalhadora tem os mesmos direitos e oportunidades que a juventude da classe burguesa. Para Azevedo (2004) o neoliberalismo teve no campo da cultura e da ideologia o êxito do convencimento a respeito da não existência de alternativas para a organização e práticas sociais. Efetivou-se uma reforma do Estado sob a égide da privatização e a desregulamentação dos direitos sociais.

Defensores do “Estado Mínimo”, os neoliberais creditam ao mercado a capacidade de regulação do capital e do trabalho e consideram as políticas públicas as principais responsáveis pela crise que perpassa as sociedades. A intervenção estatal estaria afetando o equilíbrio da ordem, tanto no plano econômico como no plano social e moral, na medida em tente a desrespeitar os princípios da liberdade e da individualidade, valores básicos do ethos capitalista (AZEVEDO, 2004, p.13)

O enfraquecimento do papel do Estado e o acirramento da ideologia das liberdades individuais em detrimento do coletivo jogam cada vez mais a juventude da classe trabalhadora a um papel de “subproduto” na sociedade capitalista. O ideário neoliberal de meritocracia aponta para uma visão que todos têm as mesmas oportunidades de ascensão, que a felicidade dependeria exclusivamente do esforço de cada, de cada jovem.

Essa visão nega o processo historicamente construído com bases na divisão de classes, fruto do modelo de produção capitalista, nega que a classe trabalhadora sempre foi explorada e subjugada em seus direitos básicos. O neoliberalismo está a serviço do capital e só acirra o aprofundamento dos problemas que a juventude da classe trabalhadora enfrenta.

Assim os gastos sociais que buscam minimizar os problemas das juventudes da classe trabalhadora enfrentam são vistos como gastos e, segundo os neoliberais precisariam ser evitados. Ao mesmo tempo, no âmbito do estado neoliberal, as políticas sociais são vistas, conforme Rotta e Reis (2020, p. 33734) como um

[...] “poderoso instrumento” não apenas para a transferência de renda e prestação de serviços, mas também para a ampliação da demanda agregada, o fortalecimento do mercado interno, o estímulo ao emprego, a multiplicação da renda, a redução da pobreza e a diminuição das desigualdades.

Porém, fica evidente que o capital busca manter a dominação de uma classe sobre a outra e que mesmo buscando garantir a inserção de parcelas mais vulneráveis da sociedade no mercado de trabalho e ao acesso a serviços e direitos básicos, o capitalismo não supera a sociedade de classes, pelo contrário, a mantém e, ao formar e legalmente proclamar a igualdade, dissimula a desigualdade (FRIGOTTO, 2010).

4 CONCLUSÃO: DESAFIOS E PERSPECTIVAS

Só será possível a construção de uma sociedade plena de direitos quando os jovens filhos da classe trabalhadora tenham assegurados a possibilidade de desenvolvimento pleno de suas vidas, quando for rompido o modelo dualista de sociedade estabelecido pelo modo de produção capitalista. No capitalismo, para Carnoy (1987) o conflito não é passível de resolução através de regras universais, porque tais regras têm sua base em classes sociais, elas servem a interesses particulares - os interesses da classe dominante.

É preciso lutar por uma sociedade justa e fraterna em que o capital não esteja à cima do homem, isso pressupõe a ruptura com o modo de produção capitalista. E isso se torna possível na medida em que a luta de classes se aflore, que as contradições do capital possibilitem a constituição da consciência dos jovens da classe trabalhadora. Mesmo nesta sociedade é preciso resistir e construir a conta hegemonia ideológico e política.

De imediato, é preciso lutar para que esse jovem filho da classe trabalhadora tenha acesso a políticas públicas, no sentido de reparar, mesmo que de forma incipiente, os danos causados pela divisão de classes e pela exploração proveniente do capital. Também é necessário articular esta luta imediata com o desafio estratégico de superação do capitalismo. Para Frigotto (2010) o pior cenário possível, neste momento é da manutenção de políticas neoliberais, com a crescente mercantilização dos direitos sociais, ruptura da proteção ao trabalho e a instalação de um mercado autorregulado.

É preciso fazer a luta dentro do capitalismo, constituir ações e políticas sociais que busquem contribuir na imediata melhoria de vida do povo, mas ao mesmo tempo busque consolidar uma

consciência que possibilite a ruptura com as relações sociais estabelecidas pelo modelo de produção capitalista.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Janete M. Lins de. A educação como política pública. 3. Ed.-Campinas, SP: Autores Associados, 2004. -(Coleção polêmicas do nosso tempo: vol.56)

ARAÚJO, R. M. de L; ALVES. João. P da C. **Juventude, Trabalho e Educação: questões de diversidade e classe das juventudes na Amazônia**. Acesso em: set 2014. Disponível em :<http://www.anpae.org.br/simposio26/1comunicacoes/RonaldodeLimaAraujo-ComunicacaoOral-int.pdf>.

BRASIL. **Lei 12.852, de 5 de agosto de 2013**. Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude - SINAJUVE.

CARNOY, Martin. **Educação, economia e Estado: base e superestrutura: relações e mediações**. 3. Ed./ Martin Carnoy; [tradução Dagmar M. L.Zibas].-São Paulo: Cortez ; Autores Associados,1987 .

DAYRELL, J. A escola "faz" as Juventudes? Reflexões em torno da socialização. **Educ.Soc.**, Campinas, vol.28, n.100-Especial, p.1105-1128, Out. 2007. Disponível em <http://www.cedes.univamp.br>

_____ CARRANO, Paulo; MAIA Carla Linhares, (orgs). **Juventude e ensino médio: sujeitos e currículo em dialogo** - Belo Horizonte: Editora: UFMG, 2014

FRIGOTTO, G. Estrutura e sujeitos e os fundamentos da relação trabalho e educação In: LOMBARDI, J.C, SAVIANI, D. e SANFELICE, J. (Org.). **Capitalismo, trabalho e educação**. Campinas SP: Autores associados, 2002.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Juventude, trabalho e educação no Brasil: perplexidades, desafios e perspectivas. In: NOVAES, Regina; Vannuchi, Paulo (org.) **Juventude e Sociedade. Trabalho, Educação, Cultura e Participação**. São Paulo; Fundação Perseu Abramo, 2004.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **A produtividade da escola improdutiva: um (re)exame das relações entre educação e estrutura econômico-social capitalista**. 9ª ed. São Paulo: Cortez, 2010.

LEFEBVRE, Henri. **Lógica Formal/Lógica Dialética**. Tradução: Carlos Nelson Coutinho. 5ª ed. RJ: Civilização Brasileira.1991.

Brazilian Journal of Development

MARX, K e ENGELS, F. **Manifesto do partido comunista**. Tradução de Sueli Tomazini Barros Cassal.-Porto Alegre; L&M, 2008.

PERONI, Vera. **Política educacional e papel do Estado: no Brasil dos anos 1990** São Paulo: Xamã, 2003

ROTTA, Edeimar; REIS, Carlos Nelson do. Desenvolvimentismo e políticas sociais: apontamentos para o debate em curso. In: **Braz. J. of Develop.**, Curitiba, v. 6, n.6, p.33716-33739 jun. 2020.

SOUZA, Jessé. A cegueira do debate Brasileiro sobre as classes sociais. Artigo acesso em Dezembro de 2014 em <http://interessenacional.uol.com.br/index.php/edicoes-revista/a-cegueira-do-debate-brasileiro-sobre-as-classes-sociais/>

<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2013/>. Acesso Set. de 2015.